



Processo nº: 31350/2018-e

Origem: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Assunto: Auditoria de Regularidade

Ementa: Auditoria Programada. PGA-TCDF/2018 - Relatório de Final Auditoria de Regularidade. Fiscalização que tem por objeto verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos a área.

Encaminhamento à jurisdicionada para manifestação (Decisão nº 155/2019). Juntada de documento. Pronunciamento da jurisdicionada. Relatório Final de Auditoria. Determinações (Decisão nº 3428/2019).

Cumprimento parcial. Sugestão de reiteração de medidas.

Senhor Diretor:

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na gestão de pessoas da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, em conformidade com o Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2018, aprovado na Decisão Administrativa nº 58/2017, objetivando verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas incorridas, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos à área.

2. Em atenção à Decisão nº 155/2018 (peça 17), cópia do Relatório Prévio de Auditoria nº 9/2018 (peça 13) foi encaminhada à empresa para conhecimento e manifestação, de acordo com o art. 1º, § 1º, da Resolução TCDF nº 271/2014, combinado com o art. 41, § 2º, da LC nº 01/94.

3. A resposta da CAESB se deu por meio da Carta nº 8026/2019-PR (peça 20) e foram apresentados ainda esclarecimentos prestados pelos Srs. Maurício Leite Luduvise e Marcelo Antonio Teixeira Pinto (peça 31).

4. A análise das referidas peças resultou no Relatório Final de Auditoria nº 9/2018 (peça 33), com base no qual o ilustre relator exarou o voto condutor da Decisão nº 3428/2019 (peça 38).

5. Em resposta, a jurisdicionada encaminhou as Cartas nº 40495/2019 - PR, nº 43646/2019 – PR, nº 45075/2019 – PR e 5967/2020 – PR (peças 51 a 54) e a



Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador, o Ofício nº155/2020 – GAG/CJ (peça 57). De se observar que esse último apenas encaminha a Nota Técnica nº 44159/2019 – SGP/DS/CAESB, a qual já fora enviada junto à Carta nº 45075/2019 – PR.

6. A deliberação plenária, assim como as informações prestadas e considerações pertinentes são as seguintes:

Decisão nº 3428/2019

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:
(...)*

III – reiterar ao Chefe do Poder Executivo o contido no item V da Decisão nº 3372/2017;

7. O referido item trata de medidas para regulamentar vários aspectos da gestão de pessoas dos entes estatais do DF, *in verbis*:

(...)

V – alertar o Sr. Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade da adoção das seguintes medidas afetas à Gestão de Pessoal: a) normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); b) tornar públicas as políticas/diretrizes afetas à gestão de pessoal, visando balizar os processos de negociação trabalhista no âmbito das estatais, com vistas a evitar a ocorrência de celebração de cláusulas contendo conteúdo atentatório aos princípios insculpidos nos arts. 37 da Constituição Federal e 19 da LODF, bem ainda tratamentos díspares na concessão de benefícios com natureza/características assemelhadas entre as entidades distritais, observando os aspectos econômicos e financeiros, o ambiente concorrencial, além das características próprias afetas a área de atuação de cada estatal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); c) apreciar, por meio do Comitê de Governança das Empresas Públicas, o mérito das propostas de Acordos Coletivos de Trabalho - ACT das empresas controladas pelo DF, nos termos preconizados no art. 11, incisos VI e VII, do Decreto nº 36.240/15 (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria); d) orientar o seu representante nas Assembleias de acionistas das estatais a consignarem em ata ou no estatuto social orientação no sentido de observar os termos do Decreto nº 33.564/12, em face do disposto no art. 19, § 8º da LODF (vide item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria);



8. Embora não constem informações a respeito nestes autos, no Processo nº 3378/2019, de auditoria de regularidade realizada no Banco de Brasília, a Secretaria de Economia, em resposta a tais alertas, noticiou as providências adotadas e as em andamento para regularizar os temas apontados.

V – determinar à Caesb que:

1) ao pactuar novos acordos trabalhistas, observe os princípios norteadores da administração pública, em especial os previstos no art. 37 da Constituição Federal;

2) adote, com o fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, o registro e manutenção para futuras consultas:

a) das operações (“log”) de inclusão, alteração ou exclusão de registros cadastrais ou financeiros no Sistema informatizado de gestão de pessoal, contemplando a identificação dos usuários e demais informes que permitam o pertinente rastreamento (2.2.1.1.5);

b) dos dados cadastrais que tenham servido de base para a confecção de folha de pagamento ou de qualquer outro registro financeiro, de forma a ser possível correlacioná-los para fins de validação (2.2.1.1.5);

3) mantenha, em arquivos eletrônicos apartados, cópia “congelada” dos dados cadastrais que derem suporte aos registros financeiros no sistema informatizado de gestão de pessoal, enquanto a providência indicado no item “ii”, da alínea anterior, não tenha sido concluída (2.2.1.1.5);

4) adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da Companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas, bem como dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria nº 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, I, da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da Companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas (2.2.1.2.5);

9. Em relação aos subitens 1 a 4 precedentes não constam informações sobre as medidas eventualmente adotadas a fim de dar cumprimento às determinações.

10. Tratam-se, todavia, de orientações programáticas, para as quais não foi fixado prazo específico pelo Tribunal. Desse modo, o cumprimento dessas determinações pode ser objeto de verificação em auditoria futura.

5) apresente, no prazo de 60 (sessenta dias), os respectivos atos de criação dos empregos em comissão e funções comissionadas referidos no tópico

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

2.2.1.3 do Relatório de Auditoria, ante a possibilidade de as despesas incorridas com o pagamento dos postos sem ato de criação comprovado serem consideradas irregulares, com reflexos nas contas anuais dos gestores (2.2.1.3.5);

11. Preliminarmente, por meio da Carta nº 43.646/19 – PR (peça 52), cópias de atos de criação/extinção/alteração de empregos e funções em comissão, abrangendo o período de 1995 a 2019, haviam sido encaminhadas à Corte.

12. A maior parte deles é impertinente ao solicitado visto que se referem a estrutura organizacional existente antes da estabelecida pela Resolução de Diretoria nº 12/2015, a qual passou a vigorar em 1º/03/2015, e que, com as alterações procedidas pelas Resoluções de Diretoria nºs 04/2017, 41/2017, 10/2018 e 55/2018, serviu de base para a análise que embasou a presente determinação.

13. De outra sorte, além das mencionadas resoluções, outras que fizeram alterações pontuais na estrutura organizacional da empresa, com a consequente criação e extinção de funções gratificadas (FG) e Níveis de Gratificação (NG), foram juntadas, a saber: 18/2015, 48/2015, 63/2015, 64/2015, 71/2015, 53/2016, 01/2017, 12/2017, 26/2017, 51/2017, 61/2017, 01/2019 e 27/2019.

14. Do exame desses normativos, apurou-se que alguns deles fundamentam mais algumas das funções e gratificações existentes, mas também aumentaram outras sem atos que as fundamentem, dadas as extinções realizadas, conforme quadro seguinte:

	Situação encontrada na auditoria			Alterações feitas pelas resoluções juntadas			Resolução de Diretoria nº
Símbolo	Existentes	previstos	saldo	criados	extintos	saldo	
CCA – 05	12	5	7	0	6	13	51/2017
CCA – 06	18	2	16	3	0	13	51/2017
CCA – 07	13	0	13	0	17	30	51/2017
CCA – 08	8	0	8	0	12	20	51/2017
CCA - 09	4	0	4	0	8	12	51/2017
CCA – 10	1	0	1	0	2	-1	51/2017
FG – 03	102	100	2	-	-	-	-
FIAD	66	0	66	-	-	-	-
JUDIC	59	0	59	-	-	-	-
NG – 01	4	0	4	-	-	-	-
NG – 02	44	3	41	9	4	46	53/2016,



							01/2017 e 01/2019
NG – 03	183	0	183	23	0	160	18/2015, 63/2015, 71/2015, 12/2017, 26/2017,61/201 7 e 01/2019
NG – 04	258	1	257	5	20	242	48/2015, 64/2015, 12/2017, 26/2017, 61/2017 e 01/2019

15. Tem-se, ainda, a Resolução de Diretoria nº 39/2019, que alterou o quadro de Supervisores e Encarregados, extinguindo todas as de Encarregado (NG 04) da Presidência – PR e da Diretoria Financeira e Comercial – DC, todos os cargos vagos na empresa (58) e 15% das demais diretorias. Todavia, não foi juntado o detalhamento dessas alterações a permitir a ciência de quais foram elas.

16. De qualquer sorte, posteriormente, pela Nota Técnica nº 44.159/2019 – SGP/DS/CAESB da Superintendência de Gestão de Pessoas encaminhada por meio da Carta nº 45075/2019 – PR (peça 53), é noticiado que essa demanda foi autuada sob o nº 092.002162/2019 e, na ocasião, se encontrava na Procuradoria-Geral do DF.

17. Os referidos autos foram objeto de consulta pelo seu número no SICOP/DF e no SEI/DF, mas não se localizou tal processo nesses sistemas, o que leva a supor que a empresa não os utiliza ou a numeração está incorreta ou incompleta.

18. No tocante ao tema desta deliberação, cabe registrar o decidido no Processo nº 26911/2019, versando sobre a Representação nº 20/2019 - GPDA, do douto Ministério Público de Contas sobre possíveis irregularidades no preenchimento de empregos em comissão na companhia.

19. Na oportunidade, tendo em conta o trânsito em julgado da Ação Civil Pública proposta pelo MPT sob o nº 95600-42.2008.5.10.0009, no qual se entendeu que os empregos públicos comissionados da CAESB devem ser criados por lei, declarando nulos os respectivos contratos de trabalho, o Tribunal deliberou no seguinte sentido:



Decisão nº 1928/2020

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:
(...)*

II – deliberar no sentido de que a declaração de nulidade dos empregos em comissão da CAESB (Ação Civil nº 95600.42.2008.5.10.0009) provocou a perda do objeto da Representação nº 20/2019-GPDA;

III – alertar a CAESB de que:

1) o simples envio de projeto de lei à CLDF ("in casu", o PL nº 1.196/2020) não dá fiel cumprimento ao desfecho da ação judicial mencionada no item anterior;

20. Na referida nota técnica constam ainda informações pertinentes aos subitens 6 a 8, conforme segue:

6) adote imediata providência no sentido de regularizar a situação descrita no tópico 2.2.1.5 do Relatório Final de Auditoria, seja oferecendo os cursos exigidos para a promoção vertical de seus empregados, ou, alternativamente, mediante revisão do atual Plano de Carreira, com vistas a sanar a situação descrita e evitar que venha a se repetir (2.2.1.5.5);

21. Noticia-se que minuta do novo Plano de Cargos “foi elaborado pela Gerência de Captação de Pessoas e Gestão de Carreiras - SGPP em conjunto com a Comissão instituída para tratar do assunto, conforme previsão em Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, com o consenso do Sindágua-DF, e encontra-se em fase de autorização, com previsão de implantação para o mês de janeiro/2020.”

22. Além disso, pontua-se que “o novo Plano de Cargos prevê a exclusão dos níveis de complexidade dos cargos, agrupando-os numa mesma carreira, ampliando as atribuições a serem desempenhadas por cada profissional e reduzindo as hipóteses de desvio de função.”

23. Não há notícia sobre a efetiva implantação do plano ou mesmo cópia do seu teor para eventual análise.

7) reveja:

a) os critérios empregados nos pagamentos de Adicional Noturno, Horas Extras diurnas e Sobreaviso, ajustando-os, no que tange à composição da “hora normal”, ao que preconiza a legislação vigente e entendimentos sedimentados pela Justiça Trabalhista (2.2.1.6.5);

24. O órgão de pessoal da empresa apresenta suas considerações sobre cada parcela conforme segue.



25. Em relação à primeira, salienta haver *“subjetividade acerca da base de cálculo do Adicional Noturno a ser utilizada, comprovada quando juízes sentenciam que o anuênio, por ter como base de cálculo o salário nominal do empregado, deferem que seja “incabível a integração da parcela no cálculo do adicional noturno”, conforme observado pela própria Equipe de Auditoria, no § 207.”*

26. Defende ainda que, com base na Súmula nº 264 do Tribunal Superior do Trabalho, *“pode-se inferir que o conceito de “hora normal” seria somente o salário base, uma vez que **a remuneração** do serviço suplementar **teria a integração das parcelas de natureza salarial e o acréscimo de adicionais**, considerado para este fim as horas extras e não o adicional noturno.”*

27. Não obstante, entende que se a determinação plenária for mesmo no sentido de utilizar a remuneração como a base de cálculo do Adicional Noturno, antes de proceder aos ajustes no sistema de folha de pagamento e nos normativos internos, deveria ser incluída cláusula em Acordo Coletivo de Trabalho indicando que o pagamento dessa forma seria devido somente após a efetiva implementação.

28. Tal providência preliminar visaria *“resguardar a Companhia de possíveis processos trabalhistas relativos a tempo não prescrito (últimos 5 anos), de valores exorbitantes.”*

29. Além disso, apresenta ressalvas quanto a algumas das parcelas listadas pela equipe de auditoria como integrantes da remuneração dos empregados e que, pelas razões que menciona, não deveriam integrar a base de cálculo do adicional em comento.

30. As rubricas 11B (Anuênio de Titulação), 11G (Anuênio de Função), 14J (Titulação sobre Função) e 162 (Periculosidade Judicial) *“são verbas judiciais criadas especificamente para atendimento de demandas da justiça, exclusivas, além das que podem conter o citado adicional como base de cálculo, gerando assim o pagamento em duplicidade de tal verba.”* A rubrica 110 (Emprego em Comissão) *“corresponde a verba SALARIO recebida por Comissionado, então **não** deixou de compor a base de cálculo do Adicional Noturno”*. Já a rubrica 118 (Vantagem Pessoal) não é mais utilizada.

31. No pertinente às Horas Extras Diurnas, assevera que, com base na OJ-SDI 1-97 e na Súmula do TST nº 60, o Adicional Noturno integra a base de cálculo das Horas Extras Noturnas, bem como das horas diurnas prorrogadas no período noturno, o que teria sido reconhecido pela equipe de auditoria à fl. 53 do relatório, 2.2.1.6.6, item II.

32. Desse modo, conclui que *“**não é devido o adicional noturno na base de cálculo das horas extras diurnas.**”*

33. Quanto ao Sobreaviso, traz à colação dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que, na redação dada pela Lei nº 13.467/2017, orientam a atuação



da Justiça Laboral, no sentido de privilegiar a norma positivada e a intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.

34. Nesse contexto, explica que o adicional está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, Cláusula Décima Quinta, cujo teor é o seguinte:

"A CAESB pagará o equivalente a 1/3 (um terço) da hora normal, a título de Adicional de Sobreaviso, exclusivamente aos empregados do quadro permanente que forem escalados em regime de sobreaviso, conforme norma interna."
(negrito do original)

35. A aludida norma interna é o Regulamento RG.SRH-007, a saber:

Item 3. DO VALOR

O Adicional de Sobreaviso será calculado sobre o salário nominal do empregado, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$AS = \frac{\text{Salário Contratual}}{3} \times (NHS - NHE), \text{ sendo:}$$

AS = Adicional de Sobreaviso

JM = Jornada Mensal

NHS = Número de Horas de Sobreaviso - limite de 152 horas por mês

NHE = Número de Horas Extras Realizadas no período de sobreaviso
(negritos do original)

36. Adicionalmente, esclarece que “da Súmula n° 229 do TST, depreende-se que, assim como para empregados de biogás o pagamento da periculosidade **incide somente sobre o salário básico**, para empregados eletricitários **incide sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial, conforme previsto na Súmula n° 191.**”

37. Com base nessas informações e “conforme mencionado pela Equipe de Auditoria a fl. 51 do Relatório, não havendo Súmula específica que determine que o pagamento ocorra sobre a remuneração e não sobre o salário base”, sustenta estar correta a forma de cálculo adotada.

38. Consoante se depreende do exposto, a companhia, divergindo da interpretação dos auditores, considera corretas as formas de cálculo utilizadas para as três parcelas.

39. Todavia, não traz precedentes judiciais para contrapor àqueles indicados na instrução (§§ 203 a 226 do Relatório Final de Auditoria).



40. A inferência feita ao disposto na Súmula nº 264 do TST sobre o significado da hora normal, em sentido divergente do defendido pelos auditores de que teria como base a remuneração e não apenas o salário base (§ 201 do Relatório Final de Auditoria), é feita de forma vaga, sem explicitar as razões que respaldariam essa ilação.

41. Especificamente a respeito da hora extra, o reconhecimento expresso pela equipe de auditoria foi somente quanto a regularidade das horas extras noturnas (§ 243 do Relatório Final de Auditoria), restando discordância quanto à hora extra diurna daqueles que recebem o Adicional Noturno.

42. Nos termos atestados pela empresa, o Adicional Noturno também serve de base para as horas extras diurnas prorrogadas do período noturno, de acordo com o verbete de jurisprudência citado.

43. O que não é explicado é qual a hipótese na qual o empregado, recebendo Adicional Noturno, não tem essa parcela integrada no valor das Horas Extras como, por exemplo, o caso do empregado de matrícula nº 515353, cujo valor das horas extras estaria incorreto, segundo apurado pelos auditores (§ 219 do Relatório Final de Auditoria).

44. Em relação ao sobreaviso, da mesma forma que o pontuado a respeito do Adicional Noturno (§ 239 do Relatório Final de Auditoria), a predominância deve ser da legislação e da jurisprudência trabalhista sobre os normativos internos da empresa.

45. Não obstante, considerando que o fundamento para as determinações pertinentes a essas vantagens é evitar possíveis prejuízos decorrentes de ações trabalhistas questionando a regularidade na apuração dessas verbas, deve-se ter em conta a preocupação apresentada sobre a necessidade de alteração do Acordo Coletivo de Trabalho para contemplar as sugestões da auditoria justamente para evitar demandas nesse sentido.

46. Ora, tal ponderação leva à necessidade de elucidar se as práticas adotadas têm sido objeto de questionamentos judiciais e, principalmente, se eles estão sendo desfavoráveis ao posicionamento da empresa. Se isso não ocorre ou se apenas em casos isolados, seria razoável manter os procedimentos até que se justifique alterá-los por negociação coletiva ou deliberação judicial específica.

b) a metodologia de cálculo das médias duodecimais de férias, de forma a observar o que dispõe o art. 142 da CLT, em especial o § 6º, e a jurisprudência vigente, bem como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte (2.2.1.7.5);

c) a metodologia de cálculo das médias de 13º salário, de forma a observar o que dispõe o art. 1º do Decreto 57.155/1965 e a jurisprudência vigente, bem



como proceda a exclusão dos cálculos da parcela indenizatória alusiva ao auxílio transporte (2.2.1.8.5);

47. Informam laconicamente que os dois procedimentos já foram realizados.

8) adote providências tendentes à regularização dos pagamentos indevidos noticiados no item III do tópico 2.2.1.8 do Relatório Final de Auditoria, notadamente em relação às rescisões relacionadas ao PDV 2018 (2.2.1.8.5);

48. É noticiado que os descontos na forma prescrita seriam realizados em dezembro de 2019.

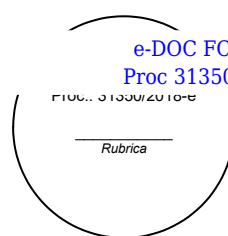
9) busque, no prazo de 90 dias, com a Assembleia Geral de Acionistas, convalidar os pagamentos realizados anteriores à 21.06.2018 a título de PPR a membros da Diretoria da Empresa, uma vez que a remuneração e benefícios desses dirigentes é matéria de deliberação exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. Não logrando êxito, deverá adotar as providências indicadas no art. 9º da Lei Complementar 01/94 (2.3.1.1.5);

49. Na Carta nº 5967/2020 – PR (peça 54) é noticiado que as providências a respeito “serão tratadas na próxima Assembleia Geral de Acionistas desta Companhia prevista para abril/2020.”

10) adote, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação e de Saúde, bem ainda, com o Metrô/DF, providências tendentes a avaliar e, conforme o caso, regularizar as situações elencadas nas Tabelas 1 e 2 do tópico 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa (2.3.1.2.5);

11) apure, sem prejuízo das providências decorrentes da fiscalização objeto do Processo TCDF nº 19718/2014, a legalidade das acumulações de cargo dos empregados listados na Tabela 1 referida no item anterior, adotando, conforme o caso, as providências cabíveis (2.3.1.2.5);

12) observe com rigor os termos do Plano de Carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização



daqueles que derem causa a desvio de função dos empregados e consequente condenação trabalhistas decorrente (2.4.1.1.5);

13) instaure, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar 01/1994, tomada de contas especial com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da Companhia decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações (2.4.1.1.5);

50. No tocante aos subitens 10 a 13 retro não constam notícias sobre o eventualmente feito.

14) adote, no prazo de 30 dias, providências para regularizar os Termos de Rescisão Contratual e os respectivos efeitos financeiros, dos ex-empregados Maurício Leite Luduvise, Matrícula 491217, e Marcelo Antonio Teixeira Pinto, Matrícula 490008, de forma a excluir dos cálculos da indenização das férias não gozadas, a verba denominada “opção 55%-ec”, correspondente a parte do pró-labore devido por força do art. 30, § 2º, II, do Estatuto Social da Companhia uma vez que não se trata de verba de natureza trabalhista, dada a não incorporação à dos ex-empregados, na medida em que não houve atendimento aos requisitos previstos no item 3 da Norma ND.SRH-035 e ao ACT vigente a época, e incluir, por força do art. 142, § 6º da CLT, os valores correspondentes a Função Gratificada - FG-01 e a opção 55% sobre o Cargo Comissionado - CCA-03, ocupados pelos antes nominados no período aquisitivo, e objeto da indenização constante na rescisão de contrato de trabalho (3.2.10);

51. Por intermédio da Carta nº 40495/19 – PR (peça 51) foram encaminhadas cópias de termos de rescisão dos interessados com os valores de descontos apurados e a Nota Técnica nº 40.140/2019 - SGP/CS/CAESB, onde se declara que os “valores serão restituídos em uma única parcela no Prêmio Financeiro Temporário do mês de novembro/2019.”

V – orientar a Caesb que:

1) proceda, a cada alteração na estrutura organizacional ou por ocasião da criação/extinção de emprego em comissão/função gratificada, a confecção de ato (tabela) contemplando a totalidade dos cargos existentes após a revisão procedida, garantindo um controle mais efetivo e simplificado desses postos de trabalho, sem prejuízo de mantê-lo adequadamente registrado e arquivado na área de pessoal (cadastro) e assim evitar a perda de memória e a eventual ocupação de posto formalmente inexistente (2.2.1.3.5);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC FC5C76F1

Proc 31350/2018-e

PROC. 31350/2018-e

Rubrica

2) busque, na medida do possível, segregar da rubrica salário (100) os montantes resultantes das situações excepcionais descritas no tópico 2.2.1.4 do Relatório Final de Auditoria, por meio da criação de rubricas específicas e representativas de cada uma das situações (adotando parametrização que conferir a elas o mesmo comportamento da rubrica salário), notadamente quando não houver deliberação judicial expressa pela incorporação ao salário-base (contratual), à vista da extensão do conceito salário preconizado no § 1º, art. 457, da CLT, especialmente antes da alteração promovida pela Lei nº 13.467/2017 (2.2.1.4.5);

52. Não foram apresentadas manifestações sobre as orientações lavradas nesse item, mas trata-se apenas de recomendações com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas da companhia.

Conclusões e Sugestões

53. Como se verifica inexistem notícias sobre várias das determinações e em outras faltam informações complementares, o que leva a necessidade de se reiterar diversos itens da deliberação plenária, além de solicitar os esclarecimentos pertinentes.

54. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento das Cartas nº 40495/2019 - PR, nº 43646/2019 - PR, nº 45075/2019 - PR e 5967/2020 - PR (peças 51 a 54) da CAESB, bem como do Ofício nº155/2020 - GAG/CJ (peça 57) da Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador.

II. considerar atendidas as alíneas “b” e “c” do subitem 7 do item V da Decisão nº 3428/2019, haja vista a declaração expressa constante da Nota Técnica nº 44.159/2019 – SGP/DS/CAESB.

III. determinar à CAESB que dê integral cumprimento as seguintes providências anteriormente exaradas, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

1) ao pactuar novos acordos trabalhistas, observe os princípios norteadores da administração pública, em especial os previstos no art. 37 da Constituição Federal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC FC5C76F1

Proc 31350/2018-e

Proc. 31350/2018-e

Rubrica

2) adote, com o fornecedor do Sistema Informatizado de Pessoal, providências tendentes a implementar, em caráter urgente, o registro e manutenção para futuras consultas:

a. das operações (“log”) de inclusão, alteração ou exclusão de registros cadastrais ou financeiros no Sistema informatizado de gestão de pessoal, contemplando a identificação dos usuários e demais informes que permitam o pertinente rastreamento;

b. dos dados cadastrais que tenham servido de base para a confecção de folha de pagamento ou de qualquer outro registro financeiro, de forma a ser possível correlacioná-los para fins de validação;

3) mantenha, em arquivos eletrônicos apartados, cópia “congelada” dos dados cadastrais que derem suporte aos registros financeiros no sistema informatizado de gestão de pessoal, enquanto a providência indicado na alínea anterior, não tenha sido concluída;

4) adote providências no sentido de baixar ato fixando o quadro de pessoal da Companhia, tendo por base estudos que demonstrem as necessidades qualitativas e quantitativas, bem como dos compromissos resultantes da Resolução de Diretoria nº 09/2018, com vistas à análise e aprovação do Conselho de Administração, em atenção ao art. 18, I, da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à manutenção do aludido quadro, consentâneo com as diretrizes estratégicas, financeiras e negociais da Companhia e, ainda, alinhado com as mudanças tecnológicas

IV. determinar à CAESB, reiterando parcialmente a Decisão nº 3428/2019, que no prazo de 90 (noventa) dias:

1) apresente, demonstrativo elencando os empregos em comissão e funções comissionadas existentes, discriminando, para cada um deles, o símbolo, a denominação, a quantidade existente, a respectiva lotação na estrutura organizacional da empresa e, juntando cópia do documento pertinente, o ato de criação, atentando para os reflexos do constante no Processo nº 092.002162/2019, relativo à regularização normativa dos atos pertinentes, bem como na Decisão nº 1928/2020.

2) informe se o novo Plano de Cargos noticiado foi efetivamente aprovado e implantado, bem como encaminhe cópia desse documento, se isso ocorreu.

3) esclareça se os atuais critérios de cálculo do Adicional Noturno e do Sobreaviso têm sido objeto de questionamentos judiciais e, sendo o caso, qual o entendimento que tem prevalecido.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC FC5C76F1

Proc 31350/2018-e

PROC. 31350/2018-e

Rubrica

4) justifique a não incidência das Horas Extras recebidas pelo empregado de matrícula nº 515353 sobre o Adicional Noturno, juntando documentação comprobatória.

5) envie documentos que comprovem a regularização dos pagamentos indevidos relativos às rescisões relacionada ao PDV, bem como a convalidação, pela Assembleia Geral dos Acionistas, dos pagamentos a título de PPR (subitens 8 e 9 do item V da Decisão nº 3428/2019).

6) informe quais providências foram adotadas a respeito dos seguintes temas ou apresente circunstanciadas justificativas para o não atendimento tempestivo do determinado:

a) regularização, em entendimento com as Secretarias de Estado de Educação, de Saúde e o Metrô/DF, das situações elencadas nas Tabelas 1 e 2 do tópico 2.3.1.2 do Relatório Final de Auditoria, inclusive no que se refere ao ressarcimento das parcelas eventualmente recebidas indevidamente, a contar do início do fato e até a cessação da irregularidade, sem prejuízo de apurar possível falta funcional de seus empregados, observado o direito de defesa;

b) apuração, sem prejuízo das providências decorrentes da fiscalização objeto do Processo TCDF nº 19718/2014, da legalidade das acumulações de cargo dos empregados listados na Tabela 1 referida na alínea anterior;

c) observação rigorosa dos termos do Plano de Carreira, de forma a alocar seus empregados segundo as atribuições e responsabilidades e requisitos tipificados para os respectivos empregos, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa a desvio de função dos empregados e a condenação trabalhista decorrente;

d) instauração, a teor do disposto no art. 9º da Lei Complementar 01/1994, tomada de contas especial com vistas a apurar a responsabilidade pelos desvios de função reconhecidos pelo Poder Judiciário, tendo em vista os prejuízos aos cofres da Companhia decorrentes das custas trabalhistas e dos encargos adicionais resultantes das condenações;

V. alertar a jurisdicionada para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994, em caso de descumprimento injustificado do determinado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e-DOC FC5C76F1

Proc 31350/2018-e

Proc. 31350/2018-e

Rubrica

- VI. autorizar a remessa de cópia da presente instrução à CAESB para subsidiar a adoção das providências indicadas, bem como o retorno do presente feito à SEFIPE para os devidos fins.

À consideração superior.

Brasília, 08 de junho de 2020.

Otassio Kazuo Yokoyama

Auditor de Controle Externo

Mat. nº 491-0